

## CARNEIRO LEÃO E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Maria Cristina Gomes Machado - UEM

### 6 - Intelectuais, Pensamento Social e Educação

Neste texto, busca-se compreender a defesa de Carneiro Leão (1887-1966) quanto à necessidade de maior investimento por parte do Estado na Educação Superior, ao lado da ampliação de sua ação referente aos outros níveis de ensino. Destacam-se suas críticas ao modelo universitário adotado para a Universidade do Rio de Janeiro, questionando sua estrutura organizacional e sua proposta acadêmico-científica. Esta comunicação, assim, situa o papel de um educador em defesa da educação de todas as classes sociais, no início do século XX. Este atuou como professor, jornalista e político, deixando como legado livros, conferências e artigos escritos em defesa da educação popular, como: *O Brasil e a educação popular* (1917), *Problemas de Educação* (1919) e *Os deveres das novas gerações brasileiras* (1923), tomados como fonte primária. Nesses livros, o autor discute questões relacionadas à urgência da oferta de uma educação em sintonia com as novas necessidades do Brasil em processo de industrialização e urbanização, enfim de modernização, contrapondo-se à educação tradicional que impedia o estabelecimento de uma educação científica, integral e prática que preparasse alunos aptos a contribuir para a nova sociedade em processo de consolidação, de maneira que fossem atendidas todas as crianças em idade escolar, independente de suas condições econômicas.

Segundo Araújo (2002, p. 121), Anísio Teixeira considerava Carneiro Leão como “um marco na história da educação brasileira, declarando que foi com ele que se iniciou a carreira do educador profissional, do administrador escolar, com formação filosófica e técnica apropriada”. Assim Araújo (2002, p. 122) destacou a importância desse autor para a história da educação brasileira: “Homem de seu tempo, partilhou das idéias e ideais comuns aos grandes intelectuais de sua época, em particular, dos seus colegas educadores; vivenciou ambigüidades e contradições, ao lado da dignidade, honradez e compromisso com que abraçou as suas crenças”.

Para apresentação de suas propostas em sintonia com o contexto mais amplo no qual o autor estava envolvido e assumia papel atuante, o texto está organizado em três partes, na primeira

apresenta-se sinteticamente a biografia do autor, na segunda discute-se o contexto educacional brasileiro e, para finalizar, analisa-se seu pensamento acerca da situação do ensino superior no início do século XX.

### **1. Síntese biográfica de Carneiro Leão.**

O seu nome de batismo era Antonio de Arruda Carneiro Leão, nasceu em 1887, em Recife, e faleceu, em 1966, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Antonio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão. Realizou os estudos primário e secundário na sua cidade natal, na qual iniciou também o curso de Direito. Sua forma foi influenciada pelo positivismo, do qual destaca-se a sua preocupação com a valorização das ciências. Em 1909, escreveu seu primeiro texto *A Educação*, sugerindo que o Estado ofertasse educação para toda a população com base numa necessária renovação escolar. Concluiu o curso de Direito, em 1911, iniciando sua carreira no magistério e no jornalismo em Recife. Silva e Machado (2004, p. 108) destacaram sua produção posterior:

Entre os anos de 1915 a 1916, Carneiro Leão realizou conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo, assumindo que estava em campanha a favor da educação popular. Pode-se perceber a preocupação de Carneiro Leão com a crise que o mundo e o Brasil estavam atravessando, e a crença de que a educação, ligada ao civismo e ao trabalho, contribuiria para superar essa crise e equiparar o país às nações mais desenvolvidas. Como resultado de suas conferências, lançou, em 1916, *O Brasil e a Educação Popular*. Neste mesmo ano, Carneiro Leão mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, além de exercer a advocacia, trabalhou como jornalista no *Jornal do Brasil*. Permaneceu em campanha em favor da educação popular, realizando inúmeras viagens, do Amazonas ao Paraná, proferindo conferências e publicando artigos. Em 1918, publicou o livro *Problemas de Educação*, composto por um conjunto de idéias que foram apresentadas e discutidas durante quatro anos no *Jornal do Comércio* e em *O País*. Essas idéias antecederam à discussão sobre a educação popular, que enfatizava a obrigatoriedade escolar, a extinção do analfabetismo e a necessidade de discussão de um novo sistema educacional, que contribuísse com a educação para o trabalho. Em 1922, escreveu o livro *Os deveres das novas gerações brasileiras*, que foi publicado apenas em 1923. Neste, levantou as

“preocupações nacionais [...] as necessidades da nossa civilização e as imposições da nossa vida política, econômica mental e social” (LEÃO, 1923, p. 13).

*Pari passu* a essa campanha, o autor em estudo ocupou o cargo de diretor-geral da Instrução Pública, de 1922 a 1926, durante o Governo de Arthur Bernardes. Com o objetivo de tornar a educação ofertada no Distrito Federal em modelo para o país, buscou dar-lhe uma direção científica, investindo na formação dos professores. No ano de 1924, juntamente com outros educadores, fundou a Associação Brasileira de Educação (ABE), da qual foi presidente de 1924 a 1925 (LEMME, 1984). Como trabalho técnico, em 1928, elaborou uma reforma de ensino do estado de Pernambuco, evidenciando a necessidade de organização do sistema educacional com prioridade. Para tanto, era importante a introdução de métodos ativos; a cientificação no ensino; a modernização da atividade escolar; a grande preocupação com a higiene; o ensino de sociologia no curso normal; a nomeação de diretores e professores; a obrigatoriedade da frequência; a adoção de livros e medidas coercitivas para o sistema escolar, inclusive para os estabelecimentos particulares (NAGLE, 1976). Esta reforma estava em sintonia com as demais reformas executadas em outros estados naquele momento. Nagle (1973) afirma que a educação da década de 20 foi marcada pelo “entusiasmo” e por reformas que buscavam atender ao novo sistema econômico e às novas demandas sociais de forma a reestruturar o ensino. Devido a descentralização do ensino, estas reformas foram estaduais e implementadas por educadores renomados, além das executadas por Leão, como por exemplo: Sampaio Dória no Estado de São Paulo (1920), Lourenço Filho no Estado do Ceará (1922-1923), Anísio Teixeira no Estado da Bahia (1924), Bezerra de Menezes no Estado do Rio Grande do Sul (1925-1928), Lisímaco da Costa no Estado do Paraná (1927-1928), entre outras. Cabe menção particular a reforma de Fernando de Azevedo implementado nos anos de 1927 a 1930 no citado Distrito Federal. Todas essas propostas respiravam novos ares que foram explicitados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (MANIFESTO..., 1932), dirigido ao Povo e ao Governo, propondo a reconstrução educacional no Brasil, em março de 1932, este mantinha relação direta com o novo espírito da República instaurada a partir de 1930.

Carneiro Leão não assinou o supracitado Manifesto (MANIFESTO..., 1932), mas foi um importante divulgador de seu conteúdo, tendo se dedicado continuamente à causa educacional.

Ministrou muitas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Guanabara, atuou como membro do Instituto Arqueográfico e Geográfico Pernambucano, foi diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e diretor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1931 a 1933, entre outras atividades.

## **2. O debate acerca da Educação Nacional.**

No final do século XIX enfrentavam-se grandes mudanças, como escreveu Azevedo (1971, p. 615), em 1934, pois depois da Independência se prepararam e se produziram acontecimentos importantes para a vida nacional, destacando que no final desse século aconteceu o primeiro surto industrial, estabeleceu-se uma política imigratória, aboliu-se o regime de escravidão e iniciou-se a experiência de um novo regime político. A República foi proclamada em 1889, tomando como bandeira a idéia de federalização, baseava sua política na descentralização do poder, em oposição à centralização existente na Monarquia que reinou no país desde 1822, persistia, assim, “[...] a escassa integração territorial e econômica do país, apesar do relativo avanço dos transportes” (FAUSTO, 2003, p. 242). A economia mantinha o sistema agrário anterior, no qual o café era o produto mais cultivado com vistas ao mercado externo (SILVA, 1986), ao passo que surgiam as primeiras indústrias e ocorria o crescimento de diversas cidades (FAUSTO, 1977). Com a industrialização nascente e a urbanização ocorreram diversas transformações econômicas e sociais, como o incremento do trabalho assalariado, o aumento da população urbana, o incentivo à imigração, a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a formação de novas camadas sociais. Acentuava-se a luta do proletariado contra a burguesia com movimentos políticos e sociais, criavam-se sindicatos, movimentos nacionalistas, movimento católico, anarquismo e o modernismo com a Semana de Arte moderna, em 1922 (NAGLE, 1976).

A Europa vivia, nesse período, a crise da forma burguesa de produção no qual acirravam-se as contradições de classes, a máquina automatizada acelerou o processo produtivo e isso levou ao aumento da riqueza acumulada que se concentrou nas mãos de poucos (MARX & ENGELS, s. d.). Os mercados se abarrotaram de mercadorias, surgindo crises cíclicas de superprodução, ao passo que se alargou a miséria dos trabalhadores, estes foram forçados a imigrar para outros países para garantir sua sobrevivência. Muitos deles desembarcavam nos portos brasileiros, provocando mudanças na paisagem tropical.

Em meio a tais conflitos, despontava a idéia da necessidade de modernizar a sociedade brasileira, com maior força do que no final do Império quando esta era a bandeira de luta dos descontentes com o regime. Tendo modernizado a política, com a República exigiam-se mudanças mais amplas na sociedade e na sua economia. A economia se modernizaria com o desenvolvimento industrial utilizando-se de novos maquinários, das estradas de ferro, do telégrafo, do correio, enfim, com o incremento dos transportes e meios de comunicação. Contudo, transformações mais amplas que preparassem o trabalhador nacional para as novas relações de trabalho postas, colocavam a educação do indivíduo como solução. Esta transmitiria a cultura necessária à expansão do capitalismo, de forma a integrar o Brasil ao mercado mundial globalizado que se evidenciava no final do século XIX e começo do século XX, numa fase da sociedade burguesa denominada por Lênin (1987) de Imperialismo.

A educação tornou-se palavra de ordem entre os intelectuais que buscavam alfabetizar a população brasileira, preparando-a para o exercício da cidadania por meio do voto. Com a Constituição de 1891 (BARBOSA, 1946) o voto não era universal, este era um privilégio dos cidadãos alfabetizados. Além da concepção da escola como *locus* de preparação do eleitor, manifestava-se também a preocupação quanto à formação de mão-de-obra nacional especializada. Assim, o debate se acentuou e se criaram inúmeras escolas, principalmente no estado de São Paulo, tomado como modelo por muitos intelectuais, dentre os quais Carneiro Leão.

Contudo, não era suficiente a construção de prédios para os grupos escolares, era preciso difundir a necessidade de um modelo educacional condizente com uma sociedade moderna e civilizada, criticando assim a escola existente no Império, denominada de tradicional. Carneiro Leão (1923) criticava essa escola pois fundamentava em um ensino literário e retórico. Insistia sempre na necessidade do ensino ser prático e fundamentado nas ciências, condizente, assim, com um país republicano. A escola deveria tornar-se espaço de formação do cidadão eleitor e o do trabalhador assalariado com formação técnica. Isso exigiria a criação e difusão de universidades pelo país.

Contudo, ressalta Niskier (1989) que no período republicano mudaram-se os nomes sem, no entanto, alterar o espírito da monarquia. Não houve a construção de um sistema nacional de ensino como defendido por alguns autores nas últimas décadas do Império, nem mesmo um ministério encarregado somente da educação. José Veríssimo (1985) em seus escritos sobre

educação, em 1890, denunciava a falta de um ensino nacional, em oposição ao sistema de instrução a cargo das províncias. Defendia, assim, a institucionalização da educação em todo a federação.

Sem levar em consideração a importância atribuída por Veríssimo (1985) à educação, em 1890, criou-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Benjamin Constant, primeiro a se responsabilizar por esta pasta, tinha suas ações limitadas ao Distrito Federal em nível primário, tomando ações gerais no ensino secundário e superior. A Constituição de 1891 (BARBOSA, 1946) trazia como conseqüências para o ensino, a descentralização da educação primária. Esta no seu parágrafo 2º, Capítulo IV, colocava como atribuição do Governo Federal: "Animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais."

A reforma republicana de Benjamin Constant foi assinada em novembro de 1896, tornando o ensino gratuito, leigo, mas não obrigatório. Esta se restringia, apenas, ao Distrito Federal, guardando semelhança com o sistema adotado no período imperial a partir do Ato Adicional de 1834. Mas o cenário educacional mostrava-se precário devido a falta de professores qualificados e de recursos para construção de prédios escolares, bem como pela ausência de escolas profissionais e de fiscalização pouco satisfatória. Segue-se a esta algumas iniciativas como: em 1911, aprovou-se a "Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República" - Reforma Rivadávia Correia; em 1915, apresentou-se a Reforma Carlos Maximiliano que reorganizou o ensino secundário e superior (NISKIER, 1989). Outras reformas foram propostas e discutidas na Câmara dos Deputados, sem nenhuma efetivação, embora estas estivessem voltadas para o ensino superior sua situação mostrava-se caótica. Carneiro Leão envolveu-se nesse debate em defesa da oferta de educação para as classes populares, sua atenção voltava-se principalmente para o ensino primário, contudo repensava o sistema educacional como um todo, apresentando críticas e propostas direcionadas também ao ensino superior.

### **3. As propostas de Carneiro Leão para o ensino superior.**

Silva (2006, p. 79-80) analisa a preocupação de Carneiro Leão no que se refere ao ensino superior:

Seu olhar crítico ao ensino brasileiro o levou a fazer dois questionamentos sobre o ensino superior. Primeiro, quanto à responsabilidade do Governo Federal apenas com esse ensino, que estava destinado à elite, descuidando-se da educação do povo. E, segundo, quanto ao modelo adotado e valorizado no Brasil, que garantia apenas diplomas que habilitavam para cargos públicos, com ênfase nas carreiras de médico, advogado e engenheiro. Afirmava que “[...] a finalidade do nosso ensino, ao invés de se obter a cultura, a aquisição do conhecimento, é o diploma, o título, o direito e o mandarinato” (LEÃO, 1923, p. 430-431). Esse nível de ensino preocupava-se mais em fornecer diploma que habilitasse aos cargos públicos à elite do que em preparar o profissional, além de não atender às novas exigências da sociedade, que consistia em habilitar pessoas para as diferentes profissões. Ele posicionava-se contrário ao modelo universitário adotado, representado pela Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade oficial do país. [...] A Universidade do Rio de Janeiro caracterizava-se pela reunião de cursos isolados e não ligados por mecanismos administrativos. Para o autor, essa universidade não fizera avançar o ensino superior existente, pois manteve os tradicionais cursos de Medicina, Direito e a Escola Politécnica e nenhuma nova orientação foi adotada.

Assim, criou-se a primeira universidade brasileira oficial pelo Decreto n.º 14.343 de 7 de setembro de 1920. Ela reuniu três faculdades e assumiu um caráter visivelmente profissionalizante. Por ser uma experiência inicial, a Universidade do Rio de Janeiro foi tomada como modelo para o país, contudo recebeu várias críticas por apenas reunir cursos isolados pela Reitoria e pelo Conselho Universitário único. (WANDERLEY, 1982). Carneiro Leão foi enfático em suas críticas:

Nenhuma pequenina modificação no ensino do direito, nenhuma melhoria no aparelhando da profissão médica, nenhuma renovação na concepção da cultura politécnica. Novo é apenas o corpo administrativo que se sobrepôs a todas as escolas, vinculando-as, burocraticamente, para a designação de Universidade o(LEÃO, 1923, p. 437).

Para Silva (2006), o autor criticava, além da estrutura administrativa dessa instituição, principalmente o conteúdo e a metodologia usada no ensino superior em geral, este mantinha-se afastado das necessidades sociais e científicas. Assim, assumia um caráter humanista e

livresco, enquanto a sociedade brasileira exigia um ensino mais prático. Assim, a universidade deveria valorizar a pesquisa, associando-se aos institutos de pesquisa. Era necessário, para o autor estudado, considerar as três dimensões: ensino, pesquisa e extensão. As universidades poderiam fomentar um novo espírito para o Brasil, contribuindo para a formação de um homem preocupado e envolvido com o desenvolvimento da nação. Contudo, a reforma do ensino superior deveria estar em sincronia com as demais reformas:

Quer na aquisição das nações gerais elementares, pelo ensino primário; quer na formação do espírito, pelo secundário; quer na especialização e na alta cultura, pelo superior, a educação tem uma finalidade determinada, que hoje deve ser a mais identificada possível com as exigências e os fins da vida contemporânea. (LEÃO, 1923, p. 65).

Para ele, a universidade deveria diversificar cursos de maneira que se ampliassem as carreiras universitárias, até então restritas a Direito, Medicina e Engenharia. Para ele, era importante que se conhecesse o modelo universitário adotado em outros países de maneira que se criasse um modelo próprio. Contudo, o Conselho Superior de Ensino (CSE) que deveria fomentar este trabalho mostrava-se ausente:

O nosso Conselho Superior de Ensino é uma instituição *sui generis* tendo de efetivo apenas o presidente, porque os outros membros são os representantes das Escolas Superiores, ou secundárias, oficiais, interessados diretamente nos estabelecimentos que representam, ele se reúne duas vezes ao ano, para examinar relatórios de fiscais e fiscalizar os acontecimentos durante o semestre anterior, ocorridos nos ginásios e academias do país. E [...] nada mais (LEÃO, 1923, p. 56).

Assim, suas atribuições restringiam-se a validar diplomas e fiscalizar as instituições de ensino superior existentes. Para ele, essa atitude se relacionava a valorização exacerbada do diploma no Brasil. A formação e o aprendizado não eram importantes, pois os pais e alunos buscavam apenas o diploma que habilitaria para empregos públicos. Para tanto, um ensino que desprezava às ciências era suficiente. Alertava que não defendia um ensino somente utilitário e profissionalizante, mas a necessidade do estabelecimento de parâmetros que equilibrasse a formação de maneira a que se atendessem às necessidades da sociedade brasileira que desenvolvia sua economia e cultura. As ciências se colocavam como conteúdo fundamental na

formação do Brasil almejado. A posição do autor se assemelha ao que foi estabelecido no Manifesto (MANIFESTO...1932, p. 110):

Criação de universidades de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer tríplice função que lhes é essencial, de elaborar e criar ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos:

- a) à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada;
- b) à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino);
- c) à formação de profissionais em todas as profissões de base científica;
- d) à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária.

A Universidade de São Paulo (USP) criada, em 1934, por iniciativa do governo estadual buscando integrar os cursos reunidos, como inicialmente Direito, Politécnica, Medicina, Agronomia, Farmácia e Odontologia, Medicina Veterinária e o Instituto de Educação Caetano de Campos (PAVIANI, 1994), teve sua estrutura inspirada nesses pontos apresentados anteriormente e recebeu elogios de Carneiro Leão.

### **Considerações finais**

Para Carneiro Leão, a universidade não poderia resultar da justaposição de faculdades isoladas e propõe mudanças para o ensino superior como um todo. Segundo Carneiro Leão, este ensino deveria oferecer novos cursos que buscassem formar profissionais especializados em várias áreas e não apenas bacharéis e doutores em Direito. O ensino em voga limitava-se a uma educação literária e teórica voltada para as carreiras públicas e ao exercício de funções burocráticas. A fim de romper com esse quadro, segundo esse autor, era preciso o cultivo de uma educação baseada no atendimento das necessidades da nova sociedade em construção, no país. Sob essa ótica, a ciência assumia um papel importante; contudo, sugeria que se encontrassem parâmetros adequados para que o ensino não fosse totalmente livresco e humanista ou somente utilitário e profissionalizante, devendo aliar o estudo teórico da ciência com sua aplicação, atendendo às demandas de renovação pedagógica. Defendia a diversificação dos cursos superiores e a ampliação do número de vagas, afirmando que no interior das universidades a pesquisa deveria assumir papel de destaque, permitindo imprimir

um novo espírito ao ensino, à altura das necessidades da população brasileira. Carneiro Leão se engaja num movimento, ao lado de outros intelectuais, em defesa da educação das classes populares, solicitando do Estado a oferta de um ensino gratuito e obrigatório que se estendesse gradualmente a todos os níveis, do primário ao superior. Parte do pressuposto de que essa sua luta não estava isolada, mas em consonância com as mudanças sociais, políticas e econômicas que marcaram o início do século XX, proporcionando condições para a divulgação do ideário da escola nova do qual foi um dos defensores e propagandistas.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antonio de Arruda Carneiro Leão. In: FÁVERO, M. L. A e outros (Org.) **Dicionário de educadores no Brasil – da colônia aos dias atuais**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002. p.114-122.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: Introdução ao ensino da cultura no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UNP/Ed. UFRJ, 1996.
- BARBOSA, Rui. A Constituição de 1891. In: **Obras completas**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, col. XVII, t.I., 1946.
- FAUSTO, Boris (Org.) Expansão do café e política cafeeira. In: **História da civilização brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, vol. I. São Paulo: DIFEL, 1977.
- \_\_\_\_\_. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- LEÃO, Antonio Carneiro. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro, Typ. Jornal de Commercio, 1917.
- LEÃO, Antonio Carneiro. **Os deveres das novas gerações brasileiras**. Rio de Janeiro: Soc. Ed. de propaganda dos países americanos, 1923.
- LEÃO, Antonio Carneiro **Problemas de educação**. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1919.
- LEMME, Paschoal. O manifesto dos pioneiros da educação nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira (1933) In: LEMME, Pascoal. **Memórias**. v. 4. Brasília: INEP, 1984. p. 251-277.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

**MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA.** A reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Alfa-Omega, s. d.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** 1ª Reimpressão, São Paulo: E.P.U., 1976.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira - 500 anos de história 1500-2000.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

PAVIANI, Jayme. **A universidade em debate.** 1. ed. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1984.

SILVA, Josie Agatha Parrilha da. **Carneiro Leão e a organização da educação popular brasileira no início do século XX.** 131 f. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação – dissertação (Mestrado), 2006.

\_\_\_\_\_. MACHADO, Maria Cristina Gomes. Carneiro Leão: a educação popular e a formação de professores. **Série –Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB.** Campo Grande, n. 17, jan./jun. p. 103-118, 2004.

SILVA, Sérgio. **A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-omega, 1986.

VERÍSSIMO, José. **A educação Nacional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

WANDERLEY, Terezinha Dantas. **Estudos sobre Universidade: suas origens e conceitos; forma como se institucionalizou a universidade brasileira.** São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 1982. Dissertação de Mestrado.